

UMA PERSPECTIVA DO RACISMO AMBIENTAL EM QUILOMBOLAS: TÁTICAS E TECNOLOGIAS

Luciana da Silva Mayrink

PROURB UFRJ | luciana.mayrink@fau.ufrj.br

Phillipe Cunha da Costa

FAU UFRJ | phillipe.costa@fau.ufrj.br

Sessão Temática 06: Natureza, crime ambiental e mudanças climáticas

Resumo: O artigo explora a importância e resistência dos quilombos, com foco no quilombo do Camorim, e sua perpetuidade. A memória quilombola está presente na história e no espaço público, e a vivência do povo quilombola é marcada pela consciência da sua própria trajetória. Por meio da oralidade, os quilombolas são fontes de conhecimento sobre a diáspora e os processos de resistência que vivenciam. O artigo também aborda a questão da regularização fundiária na região da Barra da Tijuca, um território de disputa, onde a especulação imobiliária ameaça a permanência e identidade do território quilombola. O autor questiona se os erros cometidos em outras partes da cidade serão repetidos neste caso

Palavras-chave: Quilombos, Resistência, Urbanismo

A PERSPECTIVE ON ENVIRONMENTAL RACISM IN QUILOMBOLAS: TACTICS AND THEIR TECHNOLOGIES

Abstract: *The article examines the importance and resilience of quilombos, focusing on the Camorim quilombo and its perpetuity. The quilombola memory is embedded in its history and public space, and the community's lived experience is shaped by a deep awareness of its own history. Through oral tradition, the quilombolas offer valuable knowledge about the diaspora and the resistance processes they undergo. The article also discusses land regularization in the Barra da Tijuca region, a contested territory currently under threat from real estate speculation. The author questions whether the same mistakes made in other parts of the city will be repeated here.*

Keywords: *Quilombolas, Resistance, Urbanism*

UNA PERSPECTIVA DEL RACISMO AMBIENTAL IN QUILOMBOLAS: TÁCTICAS Y SUS TECNOLOGÍAS

Resumen: *El artículo explora la importancia y la resistencia de los quilombos, centrándose en el quilombo de Camorim y su perpetuidad. La memoria quilombola está presente en su historia y en el espacio público, y la vivencia de este pueblo se percibe a través de la conciencia de su propia historia. A través de la oralidad, los quilombolas son fuentes de conocimiento sobre la diáspora y los procesos de resistencia que experimentan. El artículo también aborda la cuestión de la regularización territorial en la región de Barra da Tijuca, un territorio en disputa, donde la especulación inmobiliaria amenaza la permanencia e identidad del territorio quilombola. El autor cuestiona si se cometerán los mismos errores que se hicieron en otras partes de la ciudad.*

Palabras clave: *Quilombolas, Resistência, Urbanismo*

INTRODUÇÃO

As tecnologias, como sabemos desempenham um papel central na configuração do território e na perpetuação de desigualdades socioambientais no Brasil. Enquanto ferramentas como os sistemas do INPE são essenciais para o monitoramento do desmatamento e conflitos territoriais, seu uso também evidencia a ambivalência dessas tecnologias com os valores das tecnologias tradicionais de resistência, que podem tanto proteger a biodiversidade quanto serem parte da continuidade das comunidades.

O crescimento do desmatamento ou a ocupação das infraestruturas do capitalismo, especialmente na Mata Atlântica e na Amazônia, reflete uma lógica histórica de invisibilização das populações tradicionais, como indígenas, ribeirinhos e quilombolas. Esses grupos, embora sejam diretamente impactados pelas grandes tomadas de decisão, permanecem à margem das dinâmicas políticas e econômicas que moldam seu território. Infraestruturas de vigilância e mapeamento tornam-se, assim, ferramentas de poder que conectam o local ao global, reforçando desigualdades e permitindo que interesses econômicos prevaleçam sobre direitos sociais.

Esse cenário se agrava em contextos urbanos, como o do Rio de Janeiro, onde o racismo ambiental estrutura a ocupação do território desde o período colonial. Quilombos, que representaram importantes formas de resistência e organização social, tornaram-se alvos históricos de repressão e expropriação. A urbanização neoliberal intensifica esse processo, relegando populações negras e periféricas a condições precárias e negando-lhes o acesso pleno à cidade. Dessa forma, a vigilância e o racismo ambiental emergem como expressões de uma mesma lógica de controle e exclusão. Ao mesmo tempo, resistências locais, como as das comunidades quilombolas, oferecem caminhos para repensar o urbanismo e a relação entre tecnologia, território e justiça social.

QUILOMBOS E CONTINUIDADES

No Rio de Janeiro, os quilombos desempenharam um papel essencial na ocupação do território e na resistência ao sistema escravista. Formados por negros escravizados que fugiam das lavouras, os quilombos estabeleceram-se em áreas remotas e consideradas inabitáveis, como matas e montanhas, convertendo esses espaços em refúgios e centros de organização comunitária. Além de garantir a sobrevivência de seus membros, os quilombos criaram redes de produção e comércio que fortaleceram a economia local e estabeleceram novas dinâmicas territoriais.

Essas comunidades representavam não apenas a luta por liberdade, mas também a preservação de tradições culturais e modos de vida africanos. Segundo Milton Santos (2000), as desigualdades sociais estruturam o território, relegando populações marginalizadas a áreas periféricas e de infraestrutura precária. Essa lógica é reflexo de um histórico processo de segregação, intensificado pela urbanização excludente e pelo avanço de políticas

neoliberais que concentram riqueza e exploração em detrimento da justiça social, como comenta Gomes (2022).

Como aponta Raquel Rolnik (2011), o direito à cidade não se limita ao acesso físico, mas envolve a superação das desigualdades que afetam a maior parte da população urbana. Nesse sentido, os quilombos, mesmo enfrentando processos de invisibilização e expropriação, são símbolos de resistência e autonomia. A valorização dessas comunidades como patrimônio histórico e cultural é fundamental para a construção de cidades mais justas e inclusivas, onde o urbanismo seja capaz de responder às demandas sociais e resgatar as raízes de um território marcado por histórias de luta e ancestralidade.

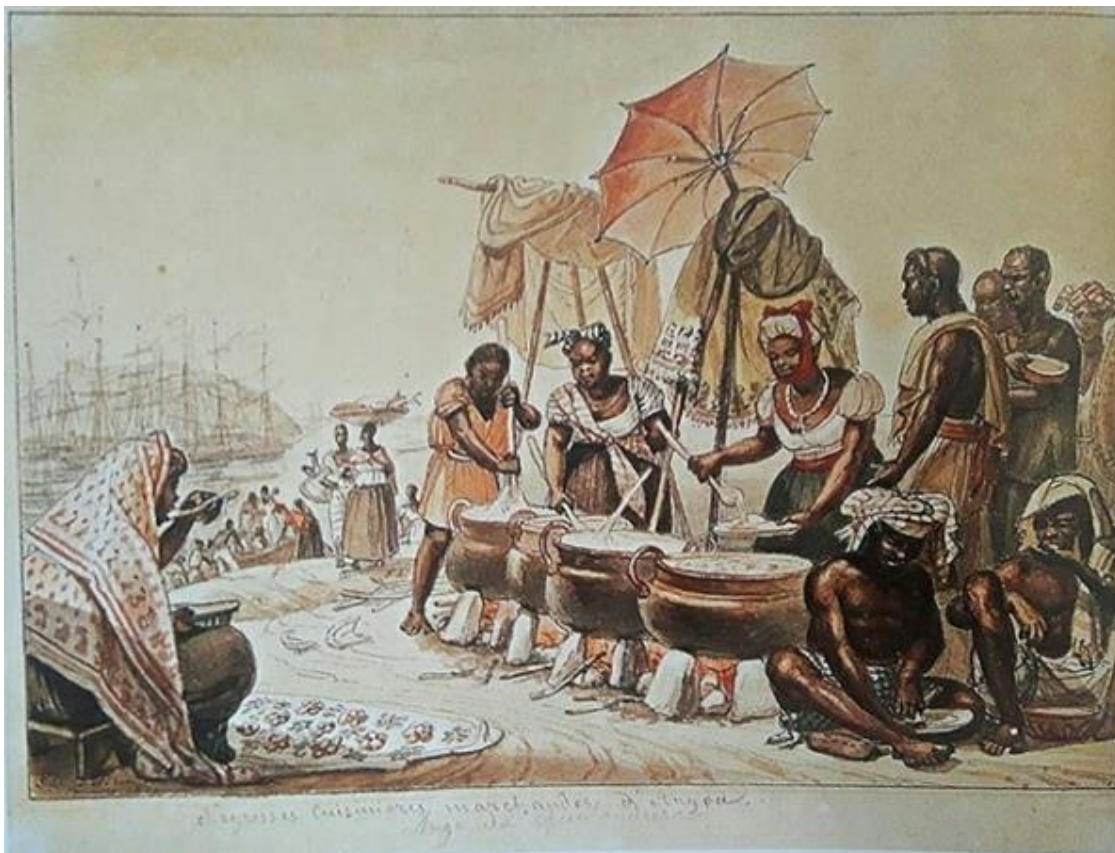


Figura 1. Négresses cuisinières marchandes d'angou.

Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. São Paulo: EDUSP 1978, p. 195.

Por fim, a literatura também é uma forma de expressão da cultura negra no Rio de Janeiro, com a presença de autores afrodescendentes como Machado de Assis, Lima Barreto, Conceição Evaristo, entre outros. A literatura negra no Rio de Janeiro é uma forma de resistência e de valorização da identidade e da cultura afrodescendente. Muito dessa presença é um legado da luta e da resistência dos negros contra a opressão e a discriminação, e é um símbolo da diversidade e da riqueza cultural do Rio de Janeiro.

Apesar de toda a contribuição histórica dos quilombos para a formação territorial e cultural do Brasil, os negros permanecem invisibilizados como construtores fundamentais desse país. Essa exclusão reflete-se na segregação socioespacial, que organiza as cidades de forma a

marginalizar populações negras. Como aponta Lélia Gonzalez (1987), o planejamento urbano no Brasil, historicamente voltado aos interesses das elites brancas, perpetua desigualdades no acesso a moradia, trabalho e serviços básicos, relegando as comunidades negras a áreas periféricas e de infraestrutura precária.

Além disso, Gonzalez destaca como a violência policial e o racismo institucional intensificam essa exclusão, criando barreiras físicas e simbólicas que dificultam a mobilidade e o acesso a áreas centrais da cidade. Nesse sentido, a análise de Achille Mbembe (2016) sobre a necropolítica esclarece como essas dinâmicas transformam corpos negros em alvos descartáveis de uma lógica que hierarquiza vidas e regula o acesso a direitos básicos por meio de violência e controle territorial.

Para Grada Kilomba (2019), a resistência das comunidades negras é fundamental para romper essa lógica opressiva. Ela defende que a valorização da ancestralidade e das tradições culturais negras fortalece essas populações, promovendo a autonomia e o reconhecimento de seus territórios. Nesse contexto, Sodré (1988) aponta os quilombos como extensões urbanas do conceito de terreiro, espaços de resistência e preservação cultural que reafirmam a identidade afrodescendente.

Políticas públicas são cruciais para garantir os direitos das comunidades quilombolas. Isso inclui a demarcação de territórios, o incentivo à produção agrícola local e a valorização cultural. Como ressaltam Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade deve ser incorporada nas políticas urbanísticas, reconhecendo a pluralidade de gênero, raça e classe como dimensões centrais na construção de cidades mais inclusivas e justas.

Por fim, o fortalecimento da participação democrática dessas comunidades na gestão de seus territórios é indispensável. Para combater o racismo ambiental e promover a justiça social, é necessário transformar a cidade em um espaço de reconhecimento e reparação histórica, onde os quilombos urbanos sejam resgatados como agentes vivos de resistência e inovação social.

DIREITO, TÉCNICAS E A PROTEÇÃO DOS QUILOMBOS

Leis e políticas públicas desempenham um papel central no fortalecimento das comunidades quilombolas, garantindo seus direitos, preservando o seus territórios e promovendo o desenvolvimento socioeconômico e cultural. A demarcação e titulação das terras quilombolas, asseguradas pela Constituição Federal, são essenciais para proteger esses espaços e garantir o acesso a recursos naturais e culturais indispensáveis à sua sustentabilidade.

Além disso, é necessário fomentar a produção agrícola e fortalecer as economias locais, promovendo a autonomia das comunidades. Políticas públicas que valorizem a história e a cultura quilombola não apenas preservam o patrimônio imaterial afrodescendente, mas também contribuem para a inclusão social e o combate às desigualdades. Como apontam

Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade deve ser incorporada nas práticas urbanísticas, assegurando que questões de classe, raça e gênero sejam reconhecidas como fundamentais para a construção de cidades mais inclusivas.

O planejamento urbano, muitas vezes excludente, deve ser reorientado para atender às demandas estéticas, sociais, econômicas e culturais dessas comunidades. Como observa Sansone (2004), a cidade, construída sob perspectivas hegemônicas, frequentemente minimiza e subjuga os agentes históricos que asseguram sua vitalidade. Nesse contexto, o investimento em infraestrutura básica – como acesso a água potável, saneamento, energia elétrica e transporte – é crucial para garantir condições dignas de vida.

Além disso, a gestão participativa deve ser priorizada, permitindo que as comunidades quilombolas sejam protagonistas na formulação e implementação de políticas públicas que impactem seus territórios. Isso inclui reparações para os danos causados pelo racismo ambiental, como a descontaminação de áreas, indenizações e acesso ampliado a saúde e educação. Projetos de urbanismo sustentável, que incluam a participação ativa dessas comunidades, são igualmente necessários para equilibrar preservação, justiça ambiental e desenvolvimento equitativo.

A inclusão das comunidades quilombolas no planejamento urbano é um passo indispensável para "Desembranquecer a Cidade", como sugere a Coletiva Terra Preta (2023), promovendo visibilidade e justiça para corpos historicamente excluídos. Repensar a cidade com base na valorização dessas comunidades significa reconhecer sua contribuição fundamental para a construção cultural, estética e social dos espaços urbanos.

QUILOMBO DO CAMORIM, RESISTÊNCIAS E PODER

No caso do Quilombo do Camorim, na região de Jacarepaguá, suas terras foram invadidas na época dos grandes eventos do Rio de Janeiro. O terreno em que hoje se encontra o condomínio Verdant Valley Residence e foi edificado dentro da Área de Especial Interesse Ambiental, criada pelo decreto municipal Nº 37958 de 2013 para proteger os ecossistemas naturais da região, quase se expandiu sobre o terreno do quilombo, sendo necessário que se bloqueasse o uso das escavadeiras que já adentravam o perímetro através de uma manifestação realizada pela própria população local. Nesta ocasião, foi construído um condomínio de classe média que objetivava atender às necessidades destes grandes eventos e, com esta perda de território, o quilombo vem sendo ameaçado.

A Associação Cultural do Quilombo do Camorim - ACUQCA, fundada em 2003, representa cerca de 20 famílias que se entendem como pertencentes à linhagem das pessoas que foram mantidas em cativeiro e forçadas ao trabalho escravo no Engenho do Camorim durante os períodos colonial e imperial no Brasil.

Eles possuem o reconhecimento da FCP como “comunidade remanescente de quilombo” desde de 2014 e organizam uma série de atividades culturais e educativas para a comunidade e para visitantes. Prioriza-se a promoção da cultura afro-brasileira, a preservação do meio- ambiente e a transmissão dos conhecimentos acerca da capoeira e do jongo, atividades desenvolvidas no local.



Figura 2. Quadro com as atividades do Quilombo do Camorim Fonte:

autores.

O trabalho da Associação Cultural do Quilombo do Camorim (ACUCA) é marcado pelo esforço contínuo de resgate da história de seus antepassados e pela construção de uma conexão viva entre o passado, o presente e o futuro. Essa iniciativa vai além da preservação histórica, funcionando como uma plataforma de resistência cultural e reafirmação identitária. Em 2014, a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, reconheceu o território como uma comunidade remanescente de quilombo, legitimando a luta pela permanência e proteção desse espaço.

A ACUCA não apenas preserva tradições, mas também promove atividades educativas e culturais que reafirmam a centralidade dos saberes e práticas afrodescendentes. Essas ações

incluem a valorização da ancestralidade, a transmissão de práticas como o jongo e a capoeira, e o fortalecimento de vínculos comunitários que desafiam a lógica de exclusão imposta pelo avanço do mercado imobiliário e pela negligência estatal.

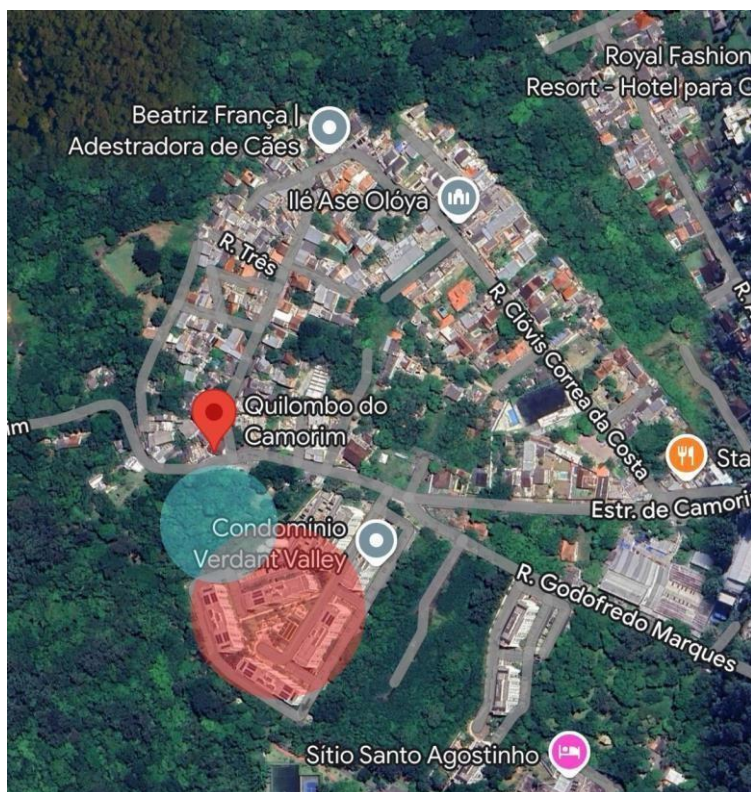


Figura 2. Região do Quilombo do Camorim Fonte:

Google Maps, 2024.

Além disso, o reconhecimento do Quilombo do Camorim pela Fundação Palmares é um passo importante na consolidação de direitos territoriais garantidos pela Constituição Federal. Essa demarcação não se restringe a um ato simbólico, mas reforça a necessidade de políticas públicas que integrem as comunidades quilombolas ao planejamento urbano de forma justa e participativa. Como ressaltam Collins e Bilge (2021), incorporar a interseccionalidade nas práticas urbanísticas é essencial para responder às múltiplas camadas de exclusão enfrentadas por essas populações.

Nesse contexto, a ACUCA assume um papel vital na articulação entre preservação ambiental e justiça social. Localizado em uma região alvo de especulação imobiliária, o Quilombo do Camorim destaca-se como um exemplo de como territórios tradicionais podem resistir às dinâmicas predatórias ao longo da complexa história e geografia da região, característica de tantos outros quilombos.

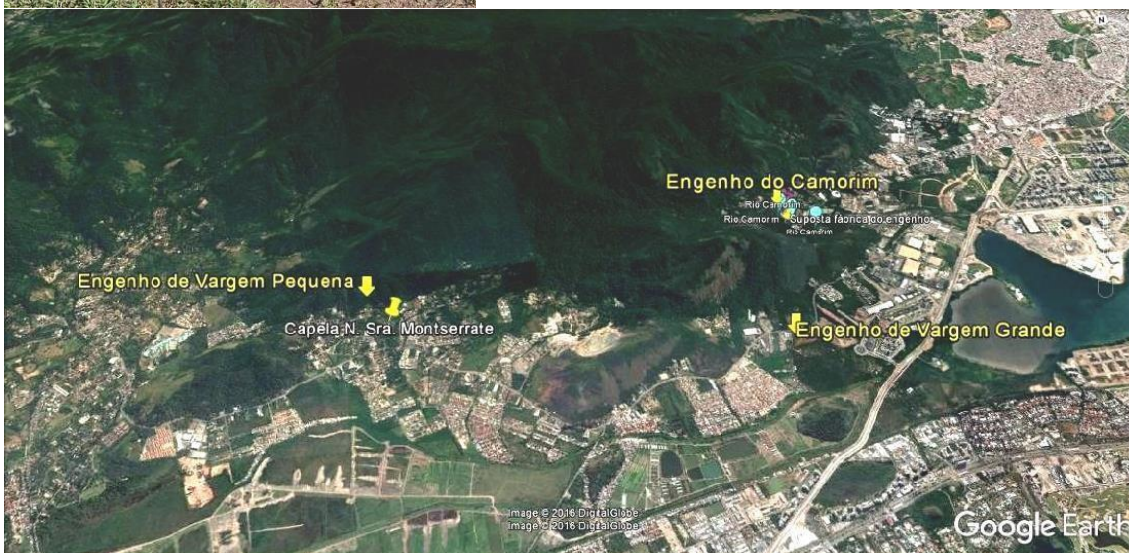


Figura 3. Acima, evento no Quilombo do Camorim e o logo da ACUCA. Abaixo, região disposto como o Engenho do Camorim
Fonte: Autores, 2022; Google Maps, 2024.

A ocupação da Baixada de Jacarepaguá é anterior ao Quilombo do Camorim remonta a sociedades pré-coloniais, com a presença de pescadores, coletores e grupos indígenas ceramistas. Durante o período colonial, a área se transformou em uma freguesia rural, onde engenhos de açúcar foram estabelecidos, como o Engenho d'Água e o Engenho do Camorim, fundados pela família Correia de Sá (RUDGE, 1983). O Quilombo, localizado na encosta do Maciço da Pedra Branca, simboliza a resistência dos ex-escravizados e seus descendentes, que usaram a geografia da região para se abrigar e preservar sua cultura.

A Serra do Quilombo, que se estende ao longo do maciço, divide as bacias hidrográficas de Vargem Grande e Camorim. A Pedra do Quilombo, localizada a 735 metros de altitude, oferece uma vista panorâmica da Barra da Tijuca, Jacarepaguá e da floresta do Pau da Fome, marcando o território como um ponto estratégico de resistência (PONTES, 2020). Relatos de antigos moradores indicam a existência de um quilombo na região, disperso após a abolição da escravidão, com pontos de refúgio como a "gruta de refúgio dos escravizados".

O Engenho do Camorim e as áreas adjacentes, com sua densa vegetação e presença de grutas e rios, eram locais propícios para abrigar grupos de fugitivos. Embora a historiografia oficial ainda não tenha confirmado a existência de quilombos históricos no maciço, vestígios culturais e registros da atividade carvoeira indicam que a região foi habitada por ex- escravizados e alforriados que buscaram formas de sustento após a abolição. A produção de carvão, que se estendeu até a primeira metade do século XX, foi uma atividade predominante entre esses grupos, muitos dos quais eram carvoeiros que contribuíram para a economia local, produzindo carvão não apenas para os engenhos, mas também para abastecer a cidade do Rio de Janeiro (OLIVEIRA; FRAGA, 2011).

Estudos recentes de Oliveira e Fraga (2011) sugerem que, apesar da invisibilidade histórica desses trabalhadores, as marcas de sua presença ainda podem ser observadas nas matas da Pedra Branca. A atividade carvoeira, com suas exigências mínimas de insumos, oferecia certa autonomia aos seus praticantes, que se inseriram na economia local de maneira independente. A interação entre os carvoeiros e as atuais comunidades quilombolas da região revela um elo de resistência que persiste até os dias de hoje, com vestígios de sua cultura material e histórias de vida que conectam o passado e o presente da comunidade do Quilombo do Camorim.

A preservação desses vestígios e a valorização da história local são essenciais para a continuidade da luta por direitos territoriais e sociais, reafirmando a importância do Quilombo do Camorim como um símbolo de resistência e cultura afrodescendente no Rio de Janeiro. A capela de São Gonçalo do Amarante, tombada pelo INEPAC, e as ruínas da sede do engenho, apesar de descaracterizadas, reforçam o valor simbólico e material da região, que segue sendo um espaço de preservação da memória histórica e da cultura quilombola (PONTES, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Camorim, a memória quilombola se mostra presente na sua história em espaço público e sua vivência é percebida através da consciência da sua própria história. Os quilombolas produzem fontes de conhecimento; são fontes de conhecimento sobre a diáspora, sobre seus processos de disputa e resistência que vivem através da oralidade de seu povo.

Este artigo pretendeu demonstrar o quão profunda é a discussão sobre a regularização fundiária da região da Barra da Tijuca. Como toda a área compõe um território de disputa e quantos são esses atores. Na minha última visita à região, escutei de um morador que a urbanização é inevitável. A localização deste território faz com que hoje, ele esteja sendo visado pela especulação imobiliária e tudo que envolve o lucro a partir da terra, no entanto, precisamos continuar cometendo os mesmos erros que foram cometidos no restante da cidade?

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. A luta pelo controle territorial da Baía de Guanabara no século XVI: agentes, alianças, conflitos. In: _____ (Org.). Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações: estudos de geografia histórica carioca. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005, p. 8-29.
- AGYEMAN, J., & EVANS, T. (Eds.). (2003). Just sustainabilities: Development in an unequal world. MIT Press.
- BONDUKI, N. G. (2001). Origens da habitação social no Brasil. Estação Liberdade. BULLARD, R. D., & WRIGHT, B. (Eds.). (2011). Race, place, and environmental justice after Hurricane Katrina: Struggles to reclaim, rebuild, and revitalize New Orleans and the Gulf Coast. Westview Press.
- COLLINS, Patrícia. Hills; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2021. COLETIVA TERRA PRETA CIDADE. Des-embranquecendo a Cidade. Disponível em: <https://terrapretacidade.medium.com/des-embranquecendo-a-cidade-c5635dd0c2ff> <acessado em 25/04/2023>
- GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 92, 1987.
- KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LAVAU, Georges. La contestazione política. Apud BOBBIO, Norberto. P. 254.
- LOKKO, Leslie. The Power of Designing a Just City: Spatial Strategies for Black Urbanism. In: Journal of the Society of Architectural Historians, vol. 80, no. 3, pp. 311-317, 2021. MARICATO, Ermínia. A crise da política urbana. São Paulo: Contexto, 2011.
- MARICATO, E. (2011). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. Alameda.
- MONTANER, Josep M.; MUXÍ, Zaida. Arquitetura e Política: Ensaio para Mundos Alternativos. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte & Ensaios, n. 32, p. 126-145, 2016.
- NASCIMENTO, Abdias. O quilombismo. In: O quilombismo: documentos de uma militância panafricanista. Rio de Janeiro: Editora Vozes Limitada, 1980.
- PEIXOTO, Sílvia A. Jacarepaguá, a "planície dos muitos engenhos": uma arqueologia do sertão carioca, Rio de Janeiro, século XVII ao XIX. 2019. 504 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2019.
- PENNA-FIRME, Rodrigo. Direitos socioambientais, conservação neoliberal da natureza e agricultores no Parque Estadual da Pedra Branca, RJ. Revista PerCursos, Florianópolis, v. 19, n. 39, jan./abr. 2018, p. 50-76.
- SODRÉ, Muniz. O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ROLNIK, R. (2011). Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças. Boitempo Editorial.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

SANSONE, Livio. Negritude sem Etnicidade: o Local e o Global nas Relações Raciais da Cultura Negra no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2004.

SODRÉ, Muniz. O Terreiro e a Cidade: A Forma Social Negro-Brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X 2019.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.